



A Cidadania Cultural em São Leopoldo/RS: o papel dos Pontos de Cultura

Bruno Guilhermano Fernandes*
Larissa Bolfoni Schmitt**
Tiago Machado da Costa***

Resumo: O artigo apresenta a pesquisa realizada sobre a implementação do programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, no município de São Leopoldo/RS. No período de 2005 a 2012, esse programa permitiu a efetivação de Pontos de Cultura vinculados a um Pontão, em diferentes organizações desse município. Nesse sentido, este estudo analisa os efeitos das ações promovidas para o exercício da cidadania cultural dos grupos sociais envolvidos. Gestores públicos, ativistas culturais, colaboradores das organizações relacionadas e outros participantes contribuíram na compreensão de que as iniciativas possibilitaram mudanças no contexto político e cultural de São Leopoldo.

Palavras-chave: Programa Cultura Viva. Cidadania cultural. Pontos de Cultura. Pontão. São Leopoldo/RS.

* Instituto Federal Sul-Rio-grandense, Campus Sapucaia do Sul
Formado no curso técnico em Gestão Cultural pelo IFSUL, campus Sapucaia do Sul.

** Instituto Federal Sul-Rio-grandense, Campus Sapucaia do Sul.
Formada no curso técnico em Gestão Cultural pelo IFSUL, campus Sapucaia do Sul.

*** Instituto Federal Sul-Rio-grandense, Campus Sapucaia do Sul
Formado no curso técnico em Gestão Cultural pelo IFSUL, campus Sapucaia do Sul.

Abstract: The article presents the survey on the implementation of Programme “Cultura Viva”, of the Ministry of Culture, in the São Leopoldo city. In the period from 2005 to 2012, this programme has enabled the effectivation of Points of Culture linked to a “Pontão” (big point), in different organizations in this municipality. In this sense, the study examines the effects of the actions promoted to pursue the Cultural Citizenship of the social groups involved. Public managers, cultural activists, employees of related organizations and other participants contributed to the understanding that initiatives allowed changes in the political and cultural context of São Leopoldo.

Key words: Programme *Cultura Viva*. Cultural Citizenship. Points of Culture. *Pontão*. *São Leopoldo/RS*.

1. Introdução

Nesse artigo procura-se sistematizar algumas questões e considerações identificadas através da pesquisa sobre a implementação de políticas e ações públicas de cultura no Brasil. Trata-se do estudo acerca da realidade presenciada no município de São Leopoldo no período de 2005 a 2012, no estado do Rio Grande do Sul, quando foi priorizada a organização e execução do Programa *Cultura Viva*, do Ministério da Cultura (MinC).

Nesse contexto, o trabalho proporciona reflexões sobre a experiência de implementação dessa política pública e da sua importância para a cidadania cultural. Assim, a pesquisa desenvolvida fundamenta a análise de efeitos no exercício da cidadania cultural de grupos sociais envolvidos nesse programa governamental.

O conceito da cidadania cultural relaciona-se à participação dos sujeitos nas questões culturais de determinado contexto, neste caso em São Leopoldo/RS, através das ações viabilizadas até o ano de 2012, pelos órgãos públicos de cultura.

Neste município, após edital federal de 2005¹, o programa *Cultura Viva* viabilizou a efetivação de Pontos de Cultura, a sua ação prioritária, em entidades socioculturais. A partir do ano de 2008 o programa passa a se destacar, principalmente pelo envolvimento da Secretaria Municipal da Cultura (SMC) na administração das atividades. Um projeto de rede com quatro Pontos de Cultura foi estruturado inicialmente, após seleção via edital municipal desta secretaria. No ano de 2009, outra entidade foi inserida, caracterizando o vínculo de cinco entidades. A rede era vinculada a um Pontão de Cultura, uma organização gerida pelo poder público municipal e instalada no Centro Cultural José Pedro Boéssio, um equipamento público de São Leopoldo.

O projeto, apoiado com recursos financeiros pela esfera federal de governo, proporcionou diversas ações culturais e artísticas nas entidades e nos principais espaços culturais do município. As iniciativas eram financiadas pelo MinC e pela prefeitura municipal por meio de sua Secretaria da Cultura. O intuito era aproximar o poder público com as comunidades e entidades leopoldenses na área da cultura.

O programa governamental analisado foi criado em 2004 pelo Ministério da Cultura, visando à valorização das iniciativas culturais de grupos, entidades e comunidades do país. Ele se destaca pela promoção de iniciativas que ampliam a democratização do acesso aos meios de produção, fruição e difusão de bens e serviços culturais, através da instalação de Pontos de Cultura e, em alguns casos, de Pontões. Além disso, inúmeras outras ações são desenvolvidas por meio desses espaços.

¹ Edital nº 04/2005 – Pontos de Cultura – Governos. De 20 de abril de 2005.

Fonte: http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/02/sppc_pontosculturagovernos-2005_edital.pdf

A pesquisa ganha relevância pela evidência que o município de São Leopoldo possui por ter sido um dos pioneiros na execução do projeto de rede municipal de Pontos de Cultura no Brasil. Nesse sentido, o estudo é singular, por apresentar o caso de um órgão municipal envolvido diretamente na gestão e operacionalização de políticas públicas federais de cultura.

Assim, a seguinte problemática pode ser definida para o desenvolvimento da pesquisa: “Que efeitos os Pontos de Cultura e o Pontão de São Leopoldo, através da democratização do acesso a bens culturais, promoveram no exercício de cidadania cultural dos grupos sociais envolvidos?”.

O estudo direciona-se pela compreensão dos efeitos que a disponibilidade de práticas culturais, promovidas pelo programa *Cultura Viva*, gerou para a cidadania cultural de sujeitos sociais envolvidos.

Considerando o problema, desenvolveu-se a síntese de informações coletadas em entrevistas exploratórias, além de interpretações, obtidas pela análise de registros bibliográficos e documentais. Posteriormente, para embasar o quadro conceitual e respaldar a análise de dados, ponderou-se um conceito de cidadania cultural (GRUMAN, 2012) e a exposição do direito à cultura da autora Marilena Chauí (CHAUI, 2006). Da mesma forma, são consideradas publicações do Ministério da Cultura (MinC) e instituições vinculadas, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), além de outras referências.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, abarcando em sua metodologia investigações bibliográficas e documentais, além da realização de observações a partir do contato com registros audiovisuais e com análises do espaço e as variáveis próximas aos Pontos de Cultura e ao antigo Pontão. Entretanto, é também caracterizada pela realização de trabalho de campo, através de registros das conversas informais, com gestores de entidades e participantes do programa, e das entrevistas abertas e semi-estruturadas, com quatro gestores públicos, responsáveis pela gestão do Pontão e do programa no estado do Rio Grande do Sul. Ainda, realizou-se a aplicação de questionários, onde os ponteiros (participantes dos Pontos e do Pontão de Cultura) forneceram dados para a sustentação da análise de alguns depoimentos e fatos.

Considerando a fundamentação teórica, a análise dos registros bibliográficos e documentais é desenvolvida. Para a análise dos dados coletados em trabalho de campo, utiliza-se a técnica de conteúdos (BARDIN, 2009). Por ser sistematizada a partir de fatos passados, a pesquisa é considerada *ex-post-facto* (GIL, 1994).

Em um município com um governo municipal vinculado, através de políticas públicas, com o governo federal até o ano de 2012, apreendem-se relações práticas e políticas. De modo geral, expõe-se brevemente a trajetória do programa em São Leopoldo, para gerar reflexões sobre a ideia de cidadania cultural, que pode também ser definida como um exercício de participação nas questões relacionadas às ações e às políticas de cultura. É válido ressaltar que os resultados obtidos, a partir desse estudo, são considerados pelos fatos que ocorreram até o ano de 2012. A mudança governamental e partidária em 2013, alterou a forma de envolvimento da prefeitura municipal na implementação das políticas públicas de cultura do governo federal.

2. Revisão de Literatura

2.1 Programa Cultura Viva: o papel dos Pontos de Cultura

Nos últimos dez anos, o Estado brasileiro constituiu suas políticas públicas na área da cultura com objetivos inovadores, considerando os problemas econômicos e sociais presentes no país. A partir de 2004, o governo federal, através do Ministério da Cultura (MinC), reformulou seus planos para a cultura e estabeleceu políticas baseadas na democracia cultural e na garantia dos direitos culturais, previstos no artigo 215 da Constituição Federal de 1988².

As políticas públicas de cultura, quando bem formuladas e executadas, influenciam diretamente na conduta cultural dos indivíduos, entendendo-os também como sujeitos políticos, sociais e detentores de cultura. Observa-se que, ao propor o programa *Cultura Viva*, o Ministério da Cultura, pretendeu defender a diversidade e a promoção cultural no Brasil, considerando os riscos provenientes da padronização de hábitos e costumes, fortemente presenciada em território nacional (SCDC, 2013).

O *Cultura Viva* é caracterizado por um conjunto de iniciativas articuladas por organizações chamadas Pontos de Cultura. Essas organizações estabelecem processos de mediação entre grupos culturais e a sociedade. São apoiadas pelo Estado para a exaltação das múltiplas formas de cultura, a partir da gestão compartilhada entre o poder público e a sociedade civil. Trata-se da iniciativa prioritária do programa, em que as suas demais ações são planejadas e executadas.

Os Pontos de Cultura são implantados através do convênio formal do Ministério da Cultura com organizações da sociedade civil, como institutos culturais e entidades sociais. As iniciativas culturais vinculadas e propostas em projetos culturais recebem recursos financeiros e suporte técnico e institucional do governo federal. É desenvolvido de forma a construir uma rede não hierarquizada de trocas, que impulsiona a ampliação das relações nas comunidades envolvidas e a valorização da democracia cultural. Desse modo, os Pontos de Cultura são selecionados via edital público e desde 2005 são instalados em todo o Brasil (SCDC, 2013).

Esta iniciativa promoveu mudanças no setor cultural, visto que o Ministério da Cultura ampliou e operacionalizou o conceito de cultura, para efetivar sua atuação em diferentes contextos sociais, valorizando todas as formas de expressão individual e modos de organização da vida coletiva. A diversidade cultural no país passou a ser valorizada e o governo federal estruturou-se de modo tridimensional, considerando os aspectos simbólicos, econômicos e políticos da cultura nacional.

² Art.215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Fonte:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

2.2 O Programa Cultura Viva e a Cidadania Cultural

O programa *Cultura Viva* influenciou nos modos de vida de grupos sociais. São muitos os resultados da política cultural implantada, que possui seu campo de ação no modelo da democracia cultural, uma dimensão da democracia social e política.

A democracia cultural, por sua vez, fundamenta-se na garantia dos direitos culturais e na aplicação do entendimento de cultura como direito social básico. Com a observação desses direitos, assegura-se que os indivíduos brasileiros podem participar no campo cultural como detentores de cultura e como sujeitos políticos e sociais. Assim, segundo Chauí (2006), pode-se afirmar que:

[...] O Estado deve se restringir à condição de assegurador público de direitos, prestador sociopolítico de serviços e estimulador-patrocinador das iniciativas da própria sociedade. (CHAUÍ, 2006, p.102).

Interpreta-se que o exercício da cidadania cultural está vinculado com a democracia cultural e a garantia dos direitos culturais. Como sinaliza Lacerda (2010), o modelo de democracia cultural tem como base garantir elementos sustentáveis na dimensão cultural, pois assegura que a participação política seja possível numa sociedade contemporânea.

Em uma avaliação do programa *Cultura Viva*, apoiado pelo Ministério da Cultura, desenvolvida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA, 2010), em Pontos de Cultura de todo o Brasil, registrou-se que:

Atualmente, é inegável que a cidadania cultural – baseada na democracia cultural e nos direitos culturais – representa um dos pilares do Estado democrático, e que este se apoia nos fortes dinamismos da sociedade. (IPEA, 2010).

A partir da avaliação positiva dessa produção, pode-se verificar que as políticas públicas em questão vinculam-se ao conceito de cidadania cultural, promovido e exercido a partir do apoio do Estado democrático atual. Por interpretação, diz-se que é um conceito proveniente dessa estrutura constituída para a organização social. Ou seja, se a efetivação da democracia, social e política implica no reconhecimento do exercício da cidadania, a efetivação da democracia cultural implica na necessidade do surgimento da cidadania cultural. Desse modo, segundo a referida avaliação do IPEA (2010), observa-se que o principal objetivo das políticas culturais seria a democracia cultural. Trata-se de uma dimensão que não pode ser restringida ao direito de acesso aos bens e práticas culturais ou ao direito de informação e de formação, tão somente. É um conjunto desses elementos com a busca pela garantia dos demais direitos culturais, pressupondo a ampliação dos meios de participação e exercício da política.

Cidadania cultural, por sua vez, surge como um conceito historicamente empregado por alguns setores da política institucional no Brasil, sendo introduzido por Chauí (2006), quando registra ensaios sobre sua atuação como secretária municipal de cultura da cidade de São Paulo/SP, em 1989, no governo do Partido dos Trabalhadores (PT). A partir de sua experiência, Chauí (2006) define a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação. O registro das experiências que ocorreram no final da década de 80 pode ter sido fundamental para a elaboração de políticas públicas que atualmente estão em vigência no país.

Em outras produções sobre o conceito, Gruman (2012) contribui ao apontar que a ideia da cidadania cultural vai muito além de uma produção que visa à garantia de direitos, pois indica que os indivíduos devem tratar a cultura, também, como trabalho crítico e de criação constante. Assim, conceitua:

A ideia de cidadania cultural se insere numa perspectiva democrática e toma os indivíduos não como consumidores e contribuintes, mas os considera como sujeitos políticos. A cultura é vista como direito dos cidadãos, e nessa medida eles têm o direito à informação, ao debate e à reflexão; o direito de produzir cultura; o direito de usufruir os bens da cultura; o direito à invenção de novos significados culturais; o direito à formação cultural e artística; o direito à experimentação e ao trabalho cultural crítico e transformador. (Gruman, 2012, p.10).

O autor delimita que a cidadania cultural é uma produção conceitual estratégica, principalmente por representar uma expressão que diz respeito à superação de desigualdades históricas e por tomar os indivíduos como seres culturais, políticos e socialmente atuantes.

Em relação à cultura, cidadania e território, menciona-se o pensamento de Santos (2007), quando propõe que *“cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim como cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos”*. Nessa concepção, a cultura, um território específico e a cidadania podem ser abordados. Em relação à cidadania cultural, esses elementos podem ser enfatizados em diferentes contextos e territórios, reforçando-a como conceito promotor de igualdade social e fortalecimento da cultura.

Afirma-se que na ideia e no exercício da cidadania cultural a cultura é considerada como um direito social básico. Dessa maneira, os sujeitos podem participar dos meios de produção, fruição e difusão de bens e práticas culturais, assim como nas políticas públicas de cultura. A cidadania cultural é apresentada como uma produção conceitual relacionada à democracia cultural, defendida pelas políticas públicas de Estado na área da cultura.

3. Análise e discussão dos resultados

3.1 O contexto em São Leopoldo

São Leopoldo é um município da região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Nesse município ocorreram alterações na área da cultura a partir do edital federal para a rede de Pontos de Cultura lançado em 2005, o qual previa o envolvimento da administração pública municipal ou estadual. Nessa época a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo municipal, estabeleceu um alinhamento partidário com a esfera federal de governo. Através da Lei municipal nº5989/06³, a Secretaria da Cultura de São Leopoldo, que já desenvolvia a política municipal “Descentralização da Cultura”⁴, passou a organizar a implementação do programa *Cultura Viva*. No ano de 2009, após seleção via edital municipal, cinco entidades foram contempladas como Ponto de Cultura, para estruturar uma rede municipal gerida por um Pontão de Cultura.

As cinco organizações apresentavam trabalhos na área da cultura e de atendimentos sociais. Os Pontos de Cultura eram efetivados nas entidades ASPA (Apoio, Solidariedade e Prevenção à AIDS), AMMEP (Associação de Meninos e Meninas do Progresso), Casa Auxiliadora (Associação Beneficente Nossa Senhora Auxiliadora), Império do Sol (Escola de Samba) e Tropeiro das Coxilhas (Centro de Tradições Gaúchas), e localizados em distintas regiões do município. Observa-se que os três primeiros vinculavam-se à assistência social e os outros dois eram centros da cultura local.

Os Pontos de Cultura proporcionavam o acesso a atividades culturais, principalmente oficinas artísticas, para os frequentadores das entidades, sendo a maioria crianças e adolescentes, e demais cidadãos leopoldenses interessados. Públicos de todas as faixas etárias eram atendidos, beneficiando, principalmente, crianças e adolescentes.

O Centro Cultural José Pedro Boéssio, sede do Pontão de Cultura, é um equipamento que abrange diversos espaços artísticos, como o Teatro Municipal, uma sala de audiovisual, uma sala de exposições, um laboratório de informática, além da Biblioteca Municipal.

Considera-se que a rede municipal dos Pontos de Cultura teve sua fase de organização de 2005 a 2008, sendo sua execução no período de 2009 a 2012. O convênio, estabelecido após seleção via edital nº 04/2005 do Ministério da Cultura, teve seu término no início de 2013.

³ Fonte: <http://cm-sao-leopoldo.jusbrasil.com.br/legislacao/643774/lei-5989-06>

⁴ Política municipal implantada no município de São Leopoldo, no ano de 2006.

Fonte: <http://www.slideshare.net/agexcom/rp-em-ao-seccultura-so-leopoldo-presentation>

3.2 O papel dos Pontos de Cultura

Analisar a experiência de implementação do programa *Cultura Viva*, em São Leopoldo/RS, permitiu a identificação de diversos efeitos da política pública na cidadania cultural dos grupos sociais envolvidos, além de alguns aspectos políticos desse município. As análises documentais, a realização de observações, conversas informais, entrevistas, e a aplicação de questionários, permitiram a obtenção de resultados sobre os efeitos do programa governamental da esfera federal.

Para o desenvolvimento de apontamentos iniciais, foram realizadas duas entrevistas exploratórias com agentes que participaram diretamente da gestão do programa até o ano de 2012. Ressaltou-se que o projeto teve sua efetividade a partir de 2009, quando a prefeitura municipal também começou a apoiar com recursos financeiros e técnicos. De 2005 a 2008, portanto, tem-se a fase de concepção, planejamento, convênio e organização do projeto. Os dois entrevistados confirmaram que as atividades envolviam grupos sociais de diferentes comunidades e que as propostas consistiam principalmente na realização de oficinas.

A partir desta fase exploratória, obteve-se o conhecimento breve do público envolvido nas ações, que na sua maioria era composto por crianças e adolescentes. Coletou-se relatos sobre as políticas públicas de cultura, sobre a relação das três esferas administrativas de governo e sobre o potencial da Rede Municipal de Pontos de Cultura para fomentar iniciativas em comunidades com precariedades sociais. Comparando dados dos dois interlocutores, diretamente ligados ao objeto pesquisado, com a análise de alguns registros (textos, fotos e vídeos), notou-se que certos temas comentados foram reforçados por essas fontes-chave, como o papel das ações no exercício da cidadania cultural e o envolvimento da prefeitura municipal no programa.

Ao serem consultadas algumas produções científicas e publicações, como IPEA (2010), algumas considerações puderam ser associadas e definidas como pertinentes para a discussão na pesquisa, como o papel dos Pontos de Cultura. Interpreta-se, a partir disso, que os Pontos de Cultura são equipamentos culturais instalados em organizações, efetivos no estabelecimento de processos de mediação cultural, no sentido de promover a aproximação entre indivíduos e suas coletividades a obras de cultura e arte nos mais diversos contextos sociais.

Após a fase exploratória desse estudo, na qual se realizou a definição do problema, além de contatos iniciais com alguns participantes da pesquisa, iniciou-se o desenvolvimento de um trabalho de campo mais intenso, o que possibilitou o registro de quatro entrevistas com gestores públicos e ativistas culturais. Os depoimentos foram coletados entre julho e agosto de 2013.

Os entrevistados confirmaram que o Pontão de Cultura de São Leopoldo possuiu desempenho primordial na execução do programa. Representava uma organização proposta pela Secretaria Municipal da Cultura com o apoio financeiro e institucional do Ministério da Cultura. Neste espaço ocorria a coordenação dos recursos físicos, financeiros, técnicos e humanos, além de outras ações culturais. Em síntese, no local ocorria a gestão da Rede Municipal de Pontos de Cultura, uma das primeiras a ser efetivada no Brasil.

Alguns depoimentos ressaltam a importância do Pontão de Cultura do mu-

nicípio, não somente para as atividades nos Pontos de Cultura, mas também como exemplo de atuação do poder público nas políticas culturais. O último gestor entrevistado opina sobre o modelo de Pontão instalado em São Leopoldo. Ressalta que:

“O Pontão, eu acho que é outra coisa que é uma questão, eu diria, inovadora. Até não sei se não foi o primeiro, um dos primeiros com esse perfil assim sabe. aqui no estado mesmo a gente fez o convênio e se inspirou em alguns elementos daquele Pontão. Por que muitos municípios, o que que eles fazem? Fazem um convênio, pra cinco Pontos de Cultura, como lá em São Leopoldo, e não criam uma estrutura pra poder dar esse acompanhamento.”

(Entrevista com Gestor D em agosto de 2013)

A organização articulava todas as ações da política federal no município, além de proporcionar a promoção de outras políticas públicas de cultura da esfera municipal de governo. A “macrorrede” criada, a qual um dos entrevistados se refere, é determinada pelo contexto resultante da ampliação das ações do Pontão para outras entidades, além das que eram Pontos de Cultura. Em outros relatos, tem-se o conhecimento de que cerca de 15 entidades envolveram-se no ano de 2010. O terceiro gestor entrevistado considera que:

“A gente procurou trabalhar muito com o seguinte assim: era a concepção de “carga horária encaixotada”. O oficinairo era só de uma entidade por tal número de horas-oficina, dentro daquele ambiente ali da entidade. A gente procurou promover uma oferta maior. Então, quando nós vimos, nós não estávamos atendendo apenas cinco entidades, quando a gente viu nós estávamos com um espaço de mais de 15 entidades aqui de São Leopoldo, com o mesmo recurso. Não precarizou em nada a relação das oficinas com as entidades. A gente procurou aplicar uma, digamos assim, uma precípua, né? Que era a seguinte: recurso público é pra ser bem aplicado, é para chegar ao maior número possível de pessoas.”

(Entrevista com Gestor C em julho de 2013).

Evidencia-se a formação de uma rede, em 2010, com muitas entidades realizando iniciativas culturais, impulsionadas pela atuação da gestão cultural desenvolvida no Pontão. Também, observa-se algumas práticas da gestão cultural na utilização do recurso público.

Algumas análises realizadas indicam que os sujeitos sociais vinculados, principalmente com a gestão do programa, começaram a buscar a garantia do direito ao acesso a políticas e de seus mecanismos, como editais da cultura e de áreas afins. A análise documental permite a verificação de que outras ações do governo federal pelo programa *Mais Cultura*, como “Pontos de Leitura” e “Cine Mais Cultura” foram propostas e algumas desenvolvidas em São Leopoldo. Também, visualizou-se que, a partir da atuação de gestores no Pontão, iniciativas de pequenas durações, conhecidas como “Microprojetos”, foram concretizadas.

Os participantes tiveram um envolvimento maior nas políticas públicas de cultura e na organização de outros projetos pela colaboração de coordenadores

do Pontão. Reafirmou-se, através disso, o direito ao acesso a ações e programas públicos e à informação, este último fundamental para a vida democrática. O Pontão de cultura foi um importante espaço para debate, diálogo e gestão. Verificou-se que os gestores e ativistas culturais intensificaram a sua participação política na cultura.

Nos Pontos de Cultura, diferentes oficinas artísticas eram realizadas, proporcionando uma construção simbólica distinta pelos participantes e o contato com as diversas manifestações artísticas. Os entrevistados foram questionados sobre as atividades realizadas nas entidades. Um deles, afirma:

“Nós tínhamos oficinas de teatro, de dança, tinha dança de rua, dança de salão, Hip Hop. Tinha artes plásticas – durante um período a gente passou a ter artes plásticas – o que mais? Inclusão digital. A gente teve aula de inverno, aula de violão, de gaita, de acordeom na verdade.”

(Entrevista com Gestor C em julho de 2013).

A partir das entrevistas, constatou-se que as atividades propostas nos Pontos de Cultura incentivaram a realização de trabalhos culturais significativos, como a prática de danças contemporâneas, tradicionalistas e populares, além da produção audiovisual e teatral e da música local.

No levantamento realizado posteriormente, pelo público dos Pontos de Cultura, nove questionários respondidos auxiliam a identificação de que a dança e a música eram os segmentos artísticos de destaque entre as oficinas. Em outra questão, eles avaliam positivamente as oficinas dos Pontos de Cultura. Apenas um participante classifica como regular.

Os processos culturais desenvolvidos ganhavam maior ênfase com a realização de mostras artísticas e eventos culturais no Pontão de Cultura com o público das oficinas. Confirmou-se, por meio das entrevistas e questionários, o envolvimento de grupos sociais em mostras artísticas no Teatro Municipal e em apresentações culturais entre as entidades Pontos de Cultura. Nestas apresentações, grupos que historicamente eram excluídos dos processos de criação, tiveram suas expressões valorizadas. Relatores asseguram que alguns indivíduos envolvidos dos Pontos de Cultura foram motivados a frequentar espaços e equipamentos culturais que jamais haviam frequentado, como o Teatro Municipal e a Biblioteca pública de São Leopoldo, ambos localizados no Centro Cultural José Pedro Boéssio, local do Pontão. O acontecimento enfatizou o debate sobre os direitos culturais dos envolvidos.

Os Pontos de Cultura e seus espaços foram importantes para a aplicação de técnicas e instrumentos de pesquisa. Nota-se que a seleção das organizações sociais e culturais foi realizada com o objetivo de atender comunidades de todas as regiões do município. Em relação ao término do projeto em 2012, um dos entrevistados menciona que:

“Deu um sentido de identidade às pessoas, deu um sonho, tanto que agora quando terminou os Pontos, que estacionaram de vez com a entrada do novo governo, muita gente me perguntou: - e o Ponto? e o Ponto? vai ter mais? não vai ter? Então isso

era um alento, devido à carência tão grande de atividades culturais na cidade para as populações mais carentes, o Ponto de Cultura era e é um alento. Se ele voltasse, se a ação proposta objetiva, com certeza as pessoas desses lugares iriam querer, talvez os mandantes e até os responsáveis pelas entidades possam ter restrição, dizer: “*ah não, deu trabalho. não sei o quê*”, mas com certeza se voltassem Pontos de Cultura... A população quer, a população gosta.” (Entrevista com gestor B em julho de 2013).

O rompimento das ações ocorreu no final do ano de 2012. É inconsistente afirmar que o término do projeto causou impactos na garantia dos direitos culturais da população, entretanto, com as observações feitas na pesquisa, nota-se uma mudança significativa nos processos na área da cultura em São Leopoldo.

Ainda sobre os direitos culturais, o último gestor entrevistado enfatizou a relevância de algumas políticas públicas, considerando que independentemente da realidade socioeconômica do indivíduo, ele deve ter seu direito de acesso garantido. Assim afirmou:

“Então, essas políticas públicas elas têm por objetivo, seja a “*Descentralização*” seja os “*Pontos*”, têm por objetivo garantir as condições, ou seja, promover as condições pra que as pessoas tenham acesso a estes meios.” (Entrevista com gestor D em agosto de 2013)

Além de reforçar o papel do programa na promoção do acesso, o entrevistado menciona o termo “*Descentralização*”, uma antiga política pública do município. Os relatos e registros documentais confirmaram que a Secretaria Municipal de Cultura de São Leopoldo vinculou-se ao programa como proponente do projeto, objetivando obter uma continuação de ações próprias no âmbito cultural. O antigo projeto desta secretaria, chamado “*Descentralização da Cultura*”, tinha dificuldades para ser executado por problemas na definição de recursos e de previsão orçamentária.

Dessa maneira, entende-se que, no município de São Leopoldo, o programa *Cultura Viva*, através dos Pontos de Cultura e do Pontão, proporcionou ações que possibilitaram o acesso a bens culturais para muitos grupos sociais. Segundo IPEA (2010), os Pontos de Cultura devem possibilitar mecanismos para a criação, fruição e distribuição de todas as formas da cultura, e incentivar o acesso da população às diferentes experiências artísticas e culturais.

Além da ênfase da importância dos Pontos de Cultura para a afirmação dos direitos culturais, ou seja, para o exercício da cidadania cultural, outro aspecto importante é confirmado pelas entrevistas e relatos informais. Observa-se que, com a articulação do Pontão, pela gestão do poder municipal, o projeto impulsionou a capacitação pedagógica de ativistas culturais e colaboradores do programa, garantindo a informação e a formação de pessoal para o setor cultural. Além disso, realizou-se em São Leopoldo no ano de 2012, o encontro dos Pontos de Cultura do Rio Grande do Sul, o chamado TEIA-RS, uma reunião para o conhecimento e a exaltação da diversidade cultural gaúcha.

Entretanto, alguns acontecimentos prejudicaram a expressão da cidadania

cultural dos grupos sociais envolvidos. Considerando que a gestão do programa era realizada pela Secretaria Municipal da Cultura, com o apoio das entidades parceiras, ocorreram problemas técnicos com o convênio e com o direcionamento dos recursos públicos. A complexidade jurídica dos procedimentos exigidos pelo convênio, pela prestação de contas, na contratação do pessoal, e as dificuldades de execução do plano de trabalho, prejudicaram o desenvolvimento das ações. Entraves burocráticos prejudicaram a execução de oficinas, principalmente em 2009 e 2010, o que resultou em pausas nas atividades.

A análise dos dados evidencia que a expressão da cidadania cultural dos sujeitos sofreu recuos durante o processo, tanto pelas limitações burocráticas, quanto pelas relações partidárias. Pessoas ligadas ao governo municipal, de outras localidades, eram contratados para trabalharem nas entidades, o que ocasionou conflitos nas relações dentro dos Pontos de Cultura.

A visita aos Pontos de Cultura ocorreu posteriormente à investigação bibliográfica e documental e da realização de entrevistas. Dos cinco Pontos de Cultura, quatro foram visitados. Conversas informais foram realizadas. Esse procedimento reafirmou algumas constatações obtidas nas entrevistas registradas. Um dos últimos procedimentos concretizados foi a análise de questionários. Este instrumento foi aplicado com participantes de Pontos de Cultura, sendo sete jovens, com média de idade entre 13 a 15 anos, e dois adultos. O quadro 1, a seguir, demonstra algumas características das visitas e do pequeno levantamento.

Ponto de Cultura	Entidade	Formas de contato
Tropeiro das Coxilhas	CTG Tropeiro das Coxilhas	Conversas informais e aplicação de questionários
Casa Auxiliadora	Associação Nossa Senhora Auxiliadora	Conversas informais e aplicação de questionários
AMMEP	Associação de Meninos e Meninas do Progresso	Conversas informais e aplicação de questionários
Império do Sol	Escola de Samba Império do Sol	Conversas informais
ASPA	Apoio, Solidariedade e Prevenção à AIDS	Conversas informais (via telefone)*

Quadro 1 - Pontos de Cultura de São Leopoldo analisados em trabalho de campo

* A entidade não encontrava-se mais em nenhum dos seus endereços. Conversas informais permitiram o contato pelo telefone com um dos antigos responsáveis, que não se prontificou a contribuir de outras formas à pesquisa. A entidade foi dissolvida no início do ano de 2013.

Com o contato com as entidades confirmou-se que grande parte dos participantes se envolveu com o programa *Cultura Viva* em 2009, ano em que iniciou a Rede com cinco Pontos de Cultura, sendo esta vinculada ao Pontão. O trabalho de campo esclarece que, em São Leopoldo, no início, o programa beneficiou, principalmente, pessoas que já frequentavam as entidades. Novos beneficiários

estiveram envolvidos nos anos seguintes.

Alguns grupos sociais envolvidos foram identificados e apresentam diferenças em sua atuação nesse processo, ou seja, são cidadãos que participaram de distintas formas no programa. Os participantes foram gestores públicos, os responsáveis pelas entidades envolvidas, ativistas culturais, oficineiros e os moradores das comunidades de São Leopoldo que faziam as oficinas. Analisa-se que o processo ocorrido influenciou em mudanças nos modos de vida de sujeitos sociais, evidenciando alguns resultados da política cultural desenvolvida.

Uma das principais questões registradas no questionário solicitava aos participantes uma definição do conceito de cultura. Observa-se que nenhum dos participantes definiu ou restringiu o conceito e seu entendimento de cultura somente ao campo das Belas-Artes e o associou aos produtos de consumo da indústria cultural. Todas as nove pessoas entendem a cultura de uma maneira própria, próxima ao sentido amplo de cultura. Dessa forma, com o questionário, algumas respostas podem ser expostas, a partir da pergunta registrada: *para você, o que é cultura?*

- <i>“O modo de se expressar de um grupo ou comunidade que possa influenciar o ser humano positivamente.”</i>
- <i>“Cultura é conhecimento, participação em atividades nos diversos segmentos, respeito com o próximo, e também certos valores e costumes que o povo de uma região preserva.”</i>
- <i>“Responsabilidade, educação, disciplina, respeito. Levar a nossa cultura para os outros que não conhecem.”</i>
- <i>“Ter respeito, ter orgulho do seu país, fazer e ajudar, fazer oficinas de cultura.”</i>
- <i>“Cultura é expressar tudo o que é bom, o que é bonito, cultura é ser cultural com o que gosta, na minha opinião isso é cultura.”</i>
- <i>“Conhecer os teatros, conhecer as coisas e conhecer as comidas.”</i>
- <i>“Produção e apresentação na escola.”</i>
- <i>“É educação, simplicidade, humildade, postura de vida e muita cultura para o nosso país.”</i>
- <i>“O que a gente faz. Arte e apresentações.”</i>

Quadro 2 - Definições de cultura registradas nos questionários

Estas definições vinculam-se ao conceito amplo de cultura e são relevantes para a análise. As compreensões registradas relacionam-se com a proposta do programa *Cultura Viva*, que surge em 2004, também pela necessidade do Ministério da Cultura em promover a cultura pelo seu sentido antropológico, em que a sua definição refere-se a todas as formas de expressão humana e aos modos de vida.

Dessa forma, constata-se que valorizar a democracia cultural torna-se um dos objetivos das políticas públicas de cultura. A democracia cultural fundamenta-se no exercício dos direitos culturais. Com estes direitos, assegura-se que os indivíduos podem participar do campo cultural como detentores de cultura e como sujeitos políticos e sociais.

Sendo assim, as análises apresentadas permitem interpretações e considerações sobre as influências da realização das iniciativas mencionadas. Amplia-se o entendimento se as ações foram importantes ou não, na prerrogativa de efetivar o exercício da cidadania cultural dos indivíduos, vinculados ao programa governamental de cultura estudado.

Considerações Finais

Após a pesquisa, uma percepção mais consolidada sobre a cidadania cultural foi obtida. Nesse sentido, compreende-se a prática da cidadania cultural originada de um conceito estratégico, que dialoga com setores ligados a uma base social ampla do país, independentemente de suas condições socioeconômicas. Fica evidente o dever do Estado de fomentar a cultura dos seus indivíduos, que passam a ser reconhecidos como sujeitos políticos, atuantes das questões culturais do território que pertencem.

Em São Leopoldo, os Pontos de Cultura e o Pontão foram efetivos ao promover a afirmação de direitos culturais dos sujeitos envolvidos. As iniciativas, como oficinas artísticas, impulsionaram a expressão da cidadania cultural pela disponibilidade de acesso a bens e práticas culturais. Por conseguinte, afirma-se que os Pontos de Cultura foram eficazes na garantia dos direitos à fruição e à criação da cultura, principalmente por ampliar o acesso aos meios de produção da cultura. Através desses espaços, novos significados e invenções culturais foram gerados pelos processos estéticos e simbólicos desenvolvidos, possibilitando o reconhecimento dos participantes como sujeitos culturais.

A efetivação do programa promoveu o acesso a equipamentos e serviços públicos de cultura, através da utilização de espaços, como o Teatro e a Biblioteca Municipal. Muitos frequentadores de Pontos de Cultura conheceram esses equipamentos através de apresentações e de eventos realizados no Pontão de Cultura, o que assegurou a democratização de bens culturais e o direito ao acesso dos envolvidos.

Mais do que a organização articuladora de todas as ações, o Pontão de Cultura foi considerado o espaço cultural de convergência dos grupos sociais. A organização proporcionou mudanças na paisagem cultural, pois envolveu no centro

do município, as produções que se desenvolviam principalmente na periferia.

A gestão da rede de Pontos de Cultura também promoveu a capacitação pedagógica de agentes culturais, assegurando o direito à formação e à qualificação de pessoal para a área da cultura. Após a realização do trabalho de campo, o vínculo de gestores culturais e dos colaboradores das entidades Pontos de Cultura com a área da educação, chamou a atenção no estudo. Durante as entrevistas e conversas informais aspectos quanto à formação e atuação dos participantes, antes ou depois do programa, foram abordados. Constatou-se que a maioria deles possui formação superior na área da educação, seja em graduação ou pós-graduação. Alguns até mesmo exercem atividades como docentes. Com base nessas informações, percebe-se a existência de uma afinidade dos setores da Educação e da Cultura.

Para produções científicas futuras, torna-se importante a análise da relação dessas duas áreas, pelo estudo da atuação de seus profissionais. Pesquisar se realmente existe a associação perceptível nas demais áreas da cultura, não somente na gestão cultural, além de investigar uma possível explicação para o fato e as consequências dela em diversos âmbitos sociais. Como o enfoque desta pesquisa é a cidadania cultural, a análise da relação entre esses dois setores não foi realizada. Contudo, estes aspectos são considerados, para o encaminhamento de produções futuras com estes temas.

Quanto aos Pontos de Cultura em São Leopoldo, apesar de entraves burocráticos e problemas operacionais, alguns deles oriundos da existência de relações partidárias na gestão pública e de falhas na comunicação, a rede municipal foi representativa para a concretização de uma série de ações culturais, que afirmaram a atuação da esfera cidadã na cultura. Nesse contexto, entende-se que a gestão pública democrática, comprometida com a operacionalização das políticas de cultura, deverá estar atenta às possíveis implicações das relações partidárias, bem como aos eventuais entraves burocráticos que poderão surgir.

Dessa maneira, a organização e execução do programa *Cultura Viva* em São Leopoldo incentivou o exercício da cidadania cultural no município. Durante a aplicação do programa, a cultura deixou de ser um bem considerado como secundário e foi redefinida como um bem social com valor político e simbólico.

Portanto, os envolvidos apresentaram uma conduta cultural diferenciada com a participação nas políticas públicas expostas, pois, mais do que atuarem na produção, fruição e difusão da cultura, tiveram a possibilidade de se identificar como sujeitos políticos e promovedores de mudanças no contexto cultural do município de São Leopoldo.

Notas

1. Edital nº 04/2005 – Pontos de Cultura – Governos. De 20 de abril de 2005. Fonte: http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/02/sppc_pontosculturagovernos-2005_edital.pdf

2. Art.215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Fonte:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

3.Fonte: <http://cm-sao-leopoldo.jusbrasil.com.br/legislacao/643774/lei-5989-06>

4. Política municipal implantada no município de São Leopoldo, no ano de 2006. Fonte: <http://www.slideshare.net/agexcom/rp-em-ao-seccultura-so-leopoldo-presentation/>

Referências Bibliográficas

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural - O Direito à Cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 4º Ed., 1994.
- GRUMAN, Marcelo. Caminhos da cidadania cultural: o ensino de artes no Brasil. **Educar em Revista** [online], Curitiba, Brasil, núm. 45, p. 199-211, Julho, 2012. Editora UFPR. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155024666014> > ISSN 0104-4060
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Cultura Viva: Avaliação do programa Arte, Educação e Cidadania**. Frederico A. Barbosa da Silva, Herton Ellery Araújo: organizadores. Brasília: IPEA, 2010.
- LACERDA, Alice Pires de. **Democratização da Cultura x Democracia Cultural: os Pontos de Cultura enquanto política cultural de formação de público**. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasade-ruibarbosa/files/2010/09/02-ALICE-PIRES-DE-LACERDA.1.pdf> >. Acesso em: jul. de 2013.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 7º Ed., 2007.
- SECRETARIA DA CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL (SCDC - MINC). **Cultura Viva: o programa Cultura Viva**. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/>>. Acesso em: maio de 2013.